



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO TURISMO

11-12-2019

Parecer:	Despacho:  Concordo. Arquivar-se. 30.12.19 Hay.
----------	--

**Relatório Inspetivo:** INT-829/2019

**1. Atividade objeto de ação inspetiva**

Verificação do cumprimento dos requisitos legais do exercício da profissão para os casos dos Profissionais de Informação Turística e das empresas de Animação Turística Terrestre.

**2. Âmbito da inspeção:**

No dia três de junho do corrente ano, ocorreram, entre outras, a realização de ações de deteção de Profissionais de Informação Turística e de empresas de Animação Turística Terrestre, em vários locais da ilha Terceira, conforme explanado infra, por forma a verificar do cumprimento dos requisitos legais exigidos para o exercício das atividades referidas no ponto 1.

**3. Descrição**

No dia 03 de junho a equipa inspetiva constituída pelos inspetores Ana M.A Vasconcelos e Luís Brasil deslocaram-se ao Centro Histórico da Praia da Vitória.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

**SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO**  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO TURISMO**

A equipa inspetiva presenciou um tour da Agência "Angra 2000" com o guia Anselmo Falcão inscrito na Bolsa de Turismo dos Açores.

Não se registou qualquer irregularidade.

**4. Enquadramento legal:**

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/A, de 1 de agosto, que veio alterar o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores.

Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que estabelece os princípios e regras para simplificar o livre acesso e exercício das atividades e serviços, realizadas em território nacional.

Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística terrestre e dos operadores marítimo-turísticos.

**5. Conclusões e propostas:**

Dado que não foi registada nenhuma irregularidade, propõe-se o encerramento do presente procedimento:

À Consideração Superior,

O Inspetor Tec. Especialista Principal



Luís Brasil

LB

Página 2 de 2